

As plantas 'De Guimarães' e 'De Vila do Conde', da Biblioteca Nacional do Brasil

Mário Gonçalves Fernandes

Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Geografia

mgfernan@letras.up.pt

RESUMO

No âmbito das fontes para o estudo das aglomerações urbanas, os documentos cartográficos apresentam-se como elementos incontornáveis, tornando-se o seu conhecimento um aspecto essencial para a compreensão da morfogénese urbana. Neste pressuposto, importa continuamente aprofundar os contributos para a história da cartografia urbana portuguesa, o que passa quer pelo estudo de acervos de arquivos, quer pela análise sistematizada dos documentos cartográficos relativos a cada urbe. Nesta comunicação visa-se contribuir para esse esforço, divulgando e analisando dois documentos cartográficos existentes na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, para onde viajaram no espólio da corte portuguesa na primeira década de Oitocentos, fazendo parte dos "Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado", que faleceu em 1773. Da planta 'De Vila do Conde' já existia notícia em Portugal, enquanto a 'De Guimarães' foi apresentada por Maria Dulce de Faria, bibliotecária daquela instituição, na 21st International Conference on the History of Cartography (Budapeste, 2005), tendo sido, entretanto, por mim estudada e divulgada no IV Congresso Histórico de Guimarães (2007). Ambas as plantas representam as povoações na perspectiva ortogonal e com grande pormenor. Apesar de não se encontrarem datadas, existem indícios seguros de se tratar de exemplares Quinhentistas, constituindo, também por isto, documentos fulcrais para a história da cartografia urbana portuguesa e, naturalmente, para a renovação dos estudos sobre as urbes cartografadas.

PALAVRAS-CHAVE: cartografia urbana, Portugal, plantas, povoações.

I - CARTOGRAFIA URBANA

A partir do século XIX é expectável encontrar representações cartográficas ortogonais a partir de levantamentos de grande escala para qualquer cidade portuguesa, surgindo quase sempre associadas às fases mais significativas de planeamento e transformação dos aglomerados urbanos, ou seja, a segunda metade do século XIX, a primeira república e parte do Estado Novo, particularmente até à década de 1950.¹

O mesmo não se passa em relação aos períodos anteriores, sendo raros ou inexistentes, por exemplo, os exemplares de plantas urbanas conhecidas do século XVI, que representem a totalidade ou partes dos aglomerados urbanos portugueses ou de sua raiz. Mesmo no caso das cidades mais importantes, a começar por Lisboa e Porto.

Sabe-se que a representação ortogonal em plano geométrico conheceu no século XVI "os seus primeiros

¹ Mário G. FERNANDES, 2005.

adeptos entre os engenheiros do Rei” de França² e que, em Portugal, além das plantas de fortificações inseridas no Livro das Fortalezas, de Duarte D’Armas (ca. 1509-1516)³, mais notabilizado pelas “vistas” de povoações, também os engenheiros reais nos deixaram alguns excelentes exemplos de plantas urbanas, como a Planta do Funchal de ca.1570⁴, a Planta da vila de Sesimbra de 1570⁵ ou a planta da vila de Cascais e a planta do porto de Sines⁶, ou ainda as plantas “De Vila do Conde” 1568/70⁷ e a recentemente encontrada “De Guimarães”.

No entanto, são exemplos raros e apenas a partir da ação de Luis Serrão Pimentel (1613-1678) e, principalmente, de Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749), ambos engenheiros-mor do reino com papel incontornável na formação dos engenheiros militares (particularmente o segundo⁸), é incrementado o número de plantas representando a totalidade ou partes dos aglomerados urbanos portugueses ou de sua raiz.

De qualquer forma, apesar das especificidades de cada caso, apenas as cidades mais importantes, pela sua dimensão e função ou pela sua localização militarmente estratégica, assistiram às intenções e concretizações de intervenção e transformação dos seus espaços, testemunhadas por representações ortogonais, em plantas e planos dos engenheiros militares, nomeadamente das povoações do cordão litoral e nas raianas.

Desde meados do século XV que, com o aparecimento da artilharia pirobalística, se inovou gradual e radicalmente nas fortificações militares, substituindo-se o empirismo e a verticalidade das fortificações medievais pela erudição e a horizontalidade das fortificações abaluartadas, cuja eficácia apenas seria questionada a partir do século XVIII⁹. Além disso, passou a “conceber-se o território como uma unidade”, estruturando-se a sua defesa a partir da capital e privilegiando-se “os sítios que tivessem maior importância estratégica dentro do ‘plano territorial’”.¹⁰ Assim, até ao século XVIII, não se tratando de povoações de fronteira, da costa marítima ou de estuário, nem pertencendo a alinhamentos interiores fortificáveis, poderá classificar-se como quase improvável a possibilidade de existência de qualquer documento cartográfico.

Neste sentido, sendo Vila do Conde uma povoação litoral e com importante estuário, é com naturalidade que se reconhece a existência da planta Quinhentista “De Vila do Conde”, bem como a “Carta hydrographica da Costa de Portugal desde Villa do Conde athe a foz do Douro” (anterior a 1792, visto que ainda não representa a ponte de pedra então construída)¹¹, ou, ainda, o “Mapa das villas do Conde e Azurara”, de José Francisco de Paiva (1821).

No mesmo sentido, Guimarães, apesar de ver os velhos muros perderem a sua função, enquanto cidade interior não beneficiou das atenções abaluartadoras dos engenheiros militares, nem testemunhou, por não ser portuária, as preocupações hidráulicas Setecentistas, outro dos motivos que justificam muita da cartografia urbana conhecida. Assim, era compreensível que a primeira planta urbana de Guimarães, conhecida, fosse de 1863¹². Até recentemente.

² Philippe PROST, 1994, p. 89.

³ Manuel da Silva CASTELO BRANCO, 1997.

⁴ Rui CARITA, 1982.

⁵ Rafael MOREIRA, 1994b.

⁶ Inseridas no *Códice Cadaval* de 1594.

⁷ Rafael MOREIRA, 1994b.

⁸ Mário G. FERNANDES, 2006.

⁹ Rafael MOREIRA, 1994a, p. 37.

¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹ Carta hydrographica da Costa de Portugal desde Villa do Conde athe a foz do Douro. - Escala ca.1:3.500 (gráficas de 150 [=10,1cm.] e 200 braças [=13,6cm]). - [17-]. - 1 carta ms. em 7 seções : | b desenho a nanquim ; 64,5 x 186,5 cm ou menores + 1 p. de rosto. Biblioteca Nacional do Brasil: Cartografia, ARC.033,11,022.

¹² 1863/1867, Planta da Cidade de Guimarães, Eng^o Manoel de Almeida Ribeiro, professor de architectura civil e naval na Academia Portuense de

II - As plantas “De Guimarães” e “De Vila do Conde”

Preocupado com o paulatino desaparecimento das muralhas vimaranenses e depois de descrever o seu traçado coevo, um sacerdote vimaranense notava, em 1881, a necessidade de “que a nossa câmara, pelos vestígios que restam ainda, mandasse levantar uma planta destas circunvalações venerandas, ao menos para em todo o tempo se saber da existência delas, bem como da extensão da antiga vila”¹³. As preocupações eram fundadas, já que apenas remanesciam, visíveis, o castelo, grande parte do pano nascente, a torre da alfândega e retalho adjacente, mais a torre e porta de St^a Luzia¹⁴; ou seja, sensivelmente o mesmo que em 1922, quando o coronel Mário CARDOZO desenhou e publicou uma conjectural “Planta de Guimarães no séc. XVII”, representando o traçado do circuito muralhado, embora de forma incompleta e pouco segura, como o próprio clarificou ao reconhecer ser “natural que tenha algumas deficiências”¹⁵.

Ao sublinhar que foi “para os curiosos e os que teem amor à tradição e o culto piedoso das coisas mortas”, que desenhara “a cintura de muralhas e ruas primitivas e seus nomes, tal como deveria ser por meados do século XVII”¹⁶, Mário Cardozo partilhava as preocupações do padre António Caldas, estando ambos longe de imaginar, como todos até recentemente, que o que pretendiam estava assegurado há mais de três séculos.

Com efeito, Maria Dulce de Faria, da cartoteca da Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, deu a conhecer na *21st International Conference on the History of Cartography* (Budapeste, Julho de 2005) a existência, na “sua” instituição, de uma planta de Guimarães, até então desconhecida, que posterior verificação permitiu associar a outra planta Quinhentista, representando Vila do Conde e já referenciada¹⁷:

“De Guimarães” (no verso), s/data [ca. 1562-1570], s/autor, escala: 100 braças (ca. 1:1100), 83,4 x 154 cm, 1 planta ms.: desenho a nanquim, col., aguarelada, Marca-d'água: coroa encimada com uma estrela. Biblioteca Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), Cartoteca: “Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado”.

“De Vila do Conde” (no verso), s/data [ca. 1568-1570], s/autor, escala: 100 braças (ca. 1:1100), 70 x 85,5 cm, 1 planta ms.: desenho a nanquim, col., aguarelada, Marca-d'água: coroa encimada com uma estrela. Biblioteca Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), Cartoteca: “Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado”.

Estas plantas¹⁸ viajaram para o Brasil, com a corte portuguesa, na primeira década de Oitocentos, integradas na documentação da Real Biblioteca e inseridas em volume denominado *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*, escritor e bibliófilo português (1682-1772), autor da *Biblioteca Lusitana* (1741/59) e cujo espólio terá sido doado, em 1773, à biblioteca real. Com 136 folhas e 180 documentos cartográficos, a colecção de Diogo Barbosa Machado integra representações de aglomerações portuguesas, nomeadamente das ilhas adjacentes dos Açores e Madeira, num conjunto de 11 mapas e

Bellas-Artes, 1:2000 (planta geral) e 1:500 (13 folhas), ca. 104x136 cm, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães): s/cota.

¹³ António CALDAS, 1996 (1^a edição 1881), p. 430.

¹⁴ Mário G. FERNANDES, 2005.

¹⁵ Mário CARDOZO, 1922, p. 421.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ Por exemplo, Amélia POLÓNIA, 1999 e Rafael MOREIRA, 1994b.

¹⁸ Ver, em anexo, fotos captadas em 2007 por Mário G. Fernandes.

plantas¹⁹, cuja datação foi referenciada ao período de meados do século XVI a meados do século XVII, em estudo de Rui Carita centrado na *Planta do Funchal* (ca. 1570)²⁰ De povoações de Portugal continental constam inúmeros projectos de fortificação, provavelmente setecentistas e sobretudo de povoações a Sul do Tejo²¹, apesar dos projectos para Vila Nova de Cerveira e de uma planta de Vila do Conde, *estranhamente*, como referiu Rafael Moreira²², a primeira peça do dossier referente às ilhas. Entre todas, está a planta “De Guimarães”, sem data ou autor.

Em visita à cartoteca da Biblioteca Nacional do Brasil, em 2007, foi possível verificar, por comparação que efectuamos conjuntamente com Maria Dulce de Faria e sua equipa, que as plantas “De Guimarães” e “De Vila do Conde”, foram elaboradas pelo mesmo, desconhecido, autor. De facto, quer pelo tipo e dimensões do papel, pelas cores e métodos de representação empregues, pelas caligrafias, pelo tipo e valor do *petipé*, pelo desenho e pelas cores da rosa-dos-ventos e até pela construção dos títulos e sua localização no verso, as plantas são, em tudo, exactamente iguais, variando apenas no conteúdo, naturalmente.

A planta “De Vila do Conde” foi datada de entre “a década de 50 e a 70”, por Amélia Polónia, e de 1568/70, por Rafael Moreira, ambos condizendo com a datação que apontamos para a planta “De Guimarães”.²³ As indagações iniciais sobre a planta “De Guimarães”, visando a sua datação, levaram à ponderação de uma data anterior a 1585, visto a planta, apesar de representar todo e qualquer ‘ponto de água’, não representar o chafariz do Toural, construído nesse mesmo ano. Contudo, estribado no rigor da planta, um pormenor nos permite apertar a datação até 1570. Com efeito, a primitiva capela de “S. Sebastiam” ainda aparece representada, sabendo-se que foi demolida naquele ano e substituída por igreja dedicada ao mesmo santo²⁴, esta também demolida no final de Oitocentos²⁵.

A decisão relativa ao outro limite da datação escolhido e que é 1562, prende-se com o facto de o convento de Santa Clara aparecer representado, na sua totalidade, sabendo-se que as religiosas aí *fizeram a sua entrada solene* nesse mesmo ano.²⁶ A elaboração da planta “De Guimarães” terá ocorrido, então, entre 1562 e 1570, o que a torna num exemplar surpreendente para uma povoação interior, em relação à qual não se conhece qualquer fortificação posterior ao século XV, colocando a questão das motivações que justificaram a sua elaboração.

Em relação à planta “De Vila do Conde”, da qual apenas se conhece metade, Rafael Moreira avançou com as teoricamente previsíveis motivações militares, como motivo provável para a sua elaboração, considerando “tratar-se de um estudo preliminar, um modelo dos sítios e portos em que se poderiam fazer fortificações” e pressupondo que a parte em falta na planta era a “metade ocidental, onde devia figurar a praia e a traça do forte projectado”²⁷, que seria erguido em 1613. A crer-se nesta hipótese, poderia considerar-se que também a planta “De Guimarães” seria um “estudo preliminar” visando a construção de fortificação. Contudo, esta, conhecendo-se inteira, não contém qualquer projecto de nova fortificação. Além disso, a metade esquerda que falta na planta “De Vila do Conde” é, de facto, como já o notara Amélia Polónia, relativa à metade meridional

¹⁹ Revelado por A. CORTESÃO e A. Teixeira da MOTA na *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1987, 1ª edição 1960).

²⁰ Rui CARITA, 1982.

²¹ Entre as quais se contam Portalegre, Campo Maior, Vila Viçosa, Évora, Moura, Vila Nova de Milfontes, Setúbal e Sesimbra.

²² Rafael MOREIRA, 1994b, p. 152.

²³ Amélia POLÓNIA, 1999, p. 723 e Rafael MOREIRA, 1994b, p. 152.

²⁴ António CALDAS, 1996 (1ª edição 1881), p. 330.

²⁵ A demolição da igreja de S. Sebastião foi prevista no *Plano de Melhoramentos* da década de sessenta, de Oitocentos, tendo-se concretizado, nos anos noventa do mesmo século, com a abertura do sistema de avenidas de articulação da estação ferroviária, especificamente da avenida do Comércio (Mário G. FERNANDES, 2005).

²⁶ António CALDAS, 1996, 1ª edição 1881, p. 326 e Mª da Conceição Falcão FERREIRA, 1989, p. 53.

²⁷ Rafael MOREIRA, 1994b, p. 152.

da vila, ou seja, à área ribeirinha da margem direita do rio Ave, parte essencial da vida Quinhentista, pelo que a planta não estará relacionada com o forte erguido em 1613, não possuindo e não parecendo presumível que possuísse na metade em falta, até considerando o exemplo da planta vimaranense, qualquer projecto de fortificação militar.

Sendo assim, ou seja, podendo a vontade de *fazer fortificação* não justificar, estritamente, a elaboração de ambas as plantas, como as explicar? Pretender-se-ia um levantamento/registo de Guimarães pelo seu prestígio e importância coeva, ao menos simbólica? E o caso de Vila do Conde, tratando-se seguramente do mesmo cartógrafo? É verdade que em ambas as plantas, com o rigor que a escala de cerca de 1:1100 permite, são diferenciados os edifícios mais significativos e singulares, com o desenho da respectiva estrutura interna preenchida por uma cor ocre, a mesma que é utilizada para o castelo e os muros medievos vimaranenses. Em todo o caso, a elaboração de ambas assentará numa intenção de intervenção nos espaços representados, o que explicaria os rigorosos perfis topográficos colados nas plantas de forma ajustada aos respectivos traçados, e levantáveis, assim como justifica as referências altimétricas relativas, registadas no terreiro *O Toural*, no caso da planta de Guimarães²⁸. Então, admitindo a existência de intenções de intervenção, em que âmbito se enquadrariam: no do planeamento militar, no do “planeamento urbano” e do urbanismo, com referências em Portugal desde a época medieval²⁹, ou em ambos? Independentemente de tudo, sublinhe-se que ambas as plantas possuem rigor geométrico adequado à sua escala e aos métodos, apresentando-se como instrumentos técnicos altamente qualificados, para a época, o que indicia ter sido militar o seu autor.

III - NOTAS SOBRE MORFOLOGIA URBANA

Ambas as plantas são documentos inestimáveis para melhorar o conhecimento sobre a morfologia urbana medieval e renascentista, permitindo verificar, por exemplo, que em Guimarães quase todos os edifícios das praças e largos eram alpendrados, ou que, em Vila do Conde, as alterações introduzidas ao longo dos séculos no espaço público na frente dos Paços do Concelho, lhe retiraram coerência, dificultando a leitura de praça inicialmente pretendida.

De qualquer forma, é a nóvel planta “De Guimarães” que nos fornece novas e interessantes informações. Com ela é possível, por exemplo, verificar o real traçado dos muros medievos e a localização das respectivas portas e torres, ou conhecer novos dados, por vezes de pormenor, em relação à fortificação medieval, aos paços do Duque de Bragança ou à própria malha urbana, permitindo a reavaliação de conjecturas e a solidificação de conhecimentos de apoio à gestão/intervenção, de hoje, num conjunto urbano classificado como património mundial.

O traçado das muralhas vimaranenses, embora em alguns pedaços apenas de forma genérica, era conhecido. Existem ainda, aliás, alguns retalhos, uns embutidos e escondidos no tardo dos edifícios, outros diminuídos, na vertical, pelos aterros Oitocentistas do espaço público adjacente. Ainda assim, a planta “De Guimarães” clarifica dúvidas e revela surpresas.

Demos guarida, em 2002, mantida em 2005³⁰, à hipótese, explicitada em 1960 pela DGEMN, da

²⁸ Ai se pode ler: *está este chaõ mais baixo q. o tabol^o dos paços 140 p. [pés] e mais alto q. ho de S. Lazaro 140 p. [pés]*.

²⁹ TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida (1999); Walter ROSSA, 2006.

³⁰ Mário G. FERNANDES, 2002, p. 156; 2005, p. 407.

existência de um primitivo circuito de muralhas em torno da “parte alta da vila [que] terá sido a primeira a cercar-se de muralhas, talvez ainda no reinado de D. Sancho I. Posteriormente, a muralha iniciada com D. Afonso III e concluída por D. Dinis uniu a Vila do Castelo à Vila de Santa Maria”³¹. De facto, era mais que uma hipótese, pois já em 1881 o padre António Caldas afirmara que “a antiga vila era em mais reduzido espaço cercada de muros, que se arrasaram, para dar lugar aos segundos”³². Investigações posteriores confirmaram a destriça entre a “vila alta”, ou do Castelo, e a “vila baixa”, bem como a existência da primitiva muralha, apenas restando “dúvidas relativamente ao seu traçado”³³.

Apenas não tinham razão no arrasamento, que não aconteceu aquando da construção dos segundos muros, nem a partir de 1420, com a construção dos paços da casa de Bragança, como foi referido em 1960.³⁴ De facto, a planta De Guimarães, não só confirma a existência dos primeiros muros, como dá a conhecer a generalidade do seu traçado, apenas ficando por saber um pequeno tramo, o único desmantelado a partir de 1420 para a construção dos paços dos Duques de Bragança. O traçado deste pequeno tramo deveria seguir, sensivelmente, a empena Sul dos paços, podendo neles ter sido integrado. Ou seja, os primitivos muros foram acrescentados e não substituídos, tendo-se mesmo construído pequenos torreões para articulação de ambas as cercas e arranques da segunda, mantendo-se de pé a parte então interiorizada da primitiva cerca, pelo menos até 1562/70, como vemos na planta.

Estão correctas as conjecturas sobre a localização da porta da “vila velha”, existindo, contudo, alguns equívocos em relação ao traçado do muro interiorizado, bem como ao desenho da malha urbana da vila do castelo.³⁵ No seu interior, como se pode observar na planta, além das edificações ermas e marcantes do castelo e dos paços, a malha urbana era estruturada pela Rua do Castelo, que ligava directamente a “porta do castelo” à porta da “vila velha” e contava com um quarteirão ininterrupto a poente, adossado à muralha, e três quarteirões a nascente. Nas costas destes estava a capela de Santa Margarida, isolada, alpendrada e fazendo terreiro para sudeste, com um “Espital” nas proximidades, integrado no quarteirão meridional.

É grande o pormenor de descrição dos muros e das portas, com o desenho dos vãos de todas as torres e de todas as escadas de acesso a estas e aos muros. As muralhas, quer a primitiva, quer a segunda, encontravam-se em bom estado, à excepção de pouco mais de uma dezena de metros da primeira, identificados como “muro caydo”. A existência de uma barbacã, que interiorizava o castelo, é outro elemento da fortificação pouco conhecido, apesar da revelação apenas confirmar referências anteriores.³⁶

Qualquer uma das plantas oferece inúmera informação pertinente, seja em relação ao traçado das muralhas e à localização de torres e portas desaparecidas, como em relação à toponímia coeva, à real configuração de antigos largos e arruamentos, entretanto redefinidos, ou dos edifícios relevantes, civis e religiosos, cuja estrutura interna é relevada em ambas as plantas. Por exemplo, a propósito da propalada falsificação levada a cabo pelas intervenções de recuperação do património durante o Estado Novo, os perfis topográficos, levantáveis, permitem confirmar que os vãos da fachada nascente dos paços dos Duques de Bragança

³¹ DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1960.

³² António CALDAS, 1996, 1ª edição 1881, p. 428.

³³ M^a da Conceição Falcão FERREIRA, 1989, p. 22, nota 71.

³⁴ DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1960, p. 19.

³⁵ M^a da Conceição Falcão FERREIRA, 1989, p. 46 e Mário G. FERNANDES, 2005, p. 407.

³⁶ Em 1666, “os frades capuchos alcançaram do Rei uma provisão concedendo-lhes, para as obras do seu convento, a pedra do Paço [dos Duques de Bragança] de modo que só ficassem deste as paredes exteriores e se tapassem as portas de pedra e cal. Levantou-se a câmara, a nobreza e o povo de Guimarães e para salvar os Paços (...) acordaram em dar aos religiosos a pedra da barbacã do muro de S^{ta} Bárbara, que está pela banda de fora do Castelo, pela parte norte.” (DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1960). A proposta não preservaria os paços e terá aberto o caminho para a demolição da barbacã.

condicionaram as aberturas actualmente existentes, apesar da regularização efectuada com a intervenção da DGEMN, de 1937 a 1950.³⁷

Com as revelações agora encontradas, novas questões se levantam, às quais apenas ulterior e apurada investigação poderá responder. De momento, releve-se a riqueza do manancial de informação contido em ambas as plantas, a sugerir outras indagações, certamente pertinentes para várias áreas do conhecimento.



Figura 1 - “De Guimarães” [1562-70]

³⁷ DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1999, pp. 52-55.

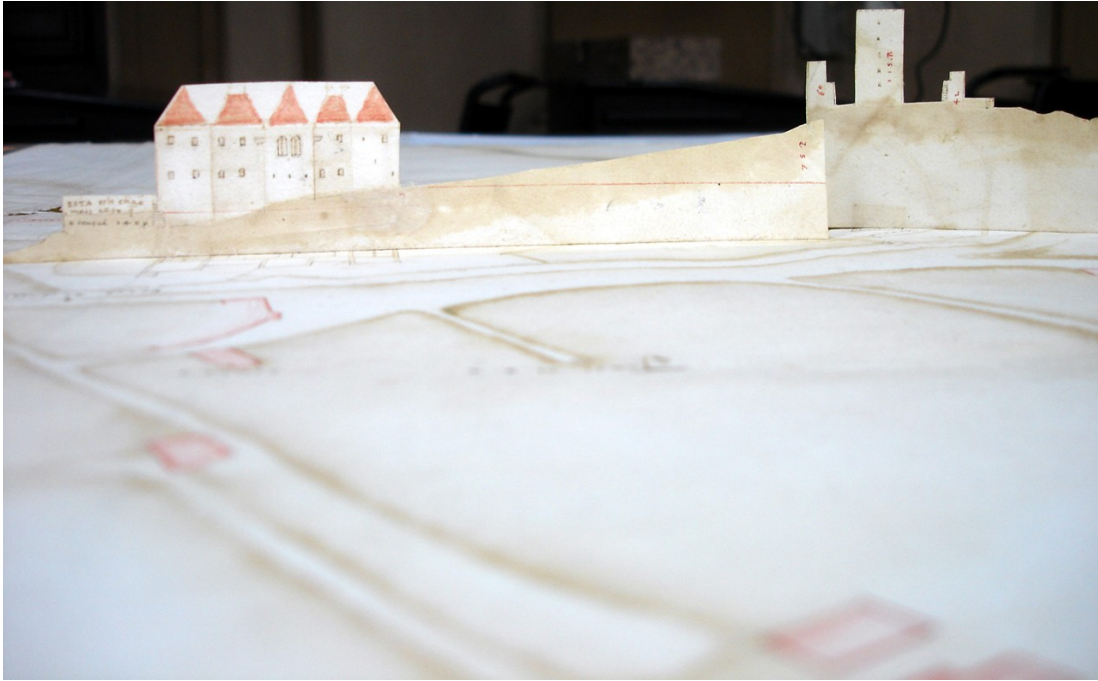


Figura 2 - "De Guimarães" [1562-70]: extracto com perfis, levantados, dos paços e do castelo.



Figura 3 - "De Vila do Conde" [1568-70]

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDAS, António (1996, 1ª edição 1881), *Guimarães, Apontamentos para a sua história*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento.
- CARDOZO, Mário (1922), “Evocação”, *Revista de Guimarães*, Vol. XXXII, pp. 415-421, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Tip. Minerva Vimaranesense.
- CARITA, Rui (1982), “A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570)”, Coimbra, *Boletim Bibl. Univ. Coimbra*, vol. 37, pp. 57-108.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1997), “História, dimensão e significado do ‘Livro das Fortalezas’”, Estudo introdutório in *Duarte de ARMAS, Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 2ª Ed. Fac-simile, pp. 18-19.
- CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da (1987, 1ª edição 1960), *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, Imp. Nac. Casa da Moeda, Ed. Fac-simile, 6 vols..
- DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (1999), *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN e Livros Horizonte.
- DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS (1960), *Boletim*, nº 102, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FERNANDES, Mário G. (2006, coord.), *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*, Porto, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDES, Mário G. (2005), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, FAUP publicações.
- FERNANDES, Mário G. (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança)*, Porto, FLUP, Tese de Doutoramento, policopiada.
- FERREIRA, M^a da Conceição Falcão (1990), “Guimarães” in A. H. Oliveira MARQUES et al, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, pp. 15-18.
- FERREIRA, M^a da Conceição Falcão (1989), *Uma rua de elite na Guimarães medieval*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento.
- MOREIRA, Rafael (1994a), “Da Torre ao Baluarte”, in Catálogo da exposição *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 35-42.
- MOREIRA, Rafael (1994b), “Os grandes Sistemas Fortificados”, in Catálogo da exposição *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 149-160.
- POLÓNIA, Amélia (1999), *Vila do Conde, Um porto nortenho na Expansão Quinhentista*, Porto, FLUP, Tese de Doutoramento, policopiada.
- PROST, Philippe (1994), "La cartographie militaire française (I): du plan au plan en relief, XVIIe-mi XVIIIe", in *La Cartografia Francesa*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, pp. 85-95.
- ROSSA, Walter (2006), “Questões e antecedentes da ‘Cidade Portuguesa’: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica”, *Murphy*, nº 1, Coimbra, Imp. da Universidade de Coimbra e Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, pp. 70-109.
- TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida (1999), *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte